



Nº 26 - AGOSTO 2021

REVISTA

RECONEXÃO PERIFÉRIAS



TAYLI TERENA COM A
PINTURA DO POVO APALAI
EM VISITA AO PARQUE DO
TUMUCUMAQUE, NO AMAPÁ
FOTO: ARQUIVO PESSOAL

Vamos à luta com as juventudes!

O funk e a
criminalização da
cultura periférica

Taily Terena:
indígenas lutam
para ser quem são

AGENDA DE LUTAS AGOSTO DE 2021



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores



Vamos à luta com as juventudes!



FOTO: COSTA BARROS TOMAZ SILVA/AGÊNCIA BRASIL

O mês de agosto celebra duas datas significativas para os movimentos e coletivos populares: o dia do estudante, em 11 de agosto, e o dia da juventude, 12 de agosto.

Durante muito tempo, ser jovem foi visto como sinônimo de ser estudante. Contudo, os movimentos sociais de juventude, com muita assertividade, conseguiram

ampliar essa visão, demonstrando que ser jovem significa muito além. No Brasil atual, por exemplo, a maioria dos jovens de 15 a 29 anos é trabalhadora, e não estudante. Este dado é importante para reconhecermos que a juventude brasileira é muito diversa e se identifica com várias pautas e agendas: ambiental,

cultural, antirracista, feminista, LGBTQIA+, de luta por moradia, permanência rural, educacional e sindical, para ficar em alguns exemplos.

Essa diversidade mostra a potência que a juventude, quando organizada e unida, pode ter para mudar os rumos do projeto político que estamos vivendo, encabeçado por Bolsonaro, mas

PROJETO RECONEXÃO PERIFÉRIAS ■ **DIRETOR RESPONSÁVEL** ARTUR HENRIQUE DA SILVA SANTOS ■ **COORDENADOR DO PROJETO** PAULO CÉSAR RAMOS ■ **EQUIPE** ISAÍAS DALLE, JAQUELINE LIMA SANTOS, JULIANA BORGES, LÉA MARQUES, MATHEUS TANCREDO TOLEDO, SOFIA TOLEDO, VICTÓRIA LUSTOSA BRAGA, VILMA BOKANY ■ **COLABORADORES** SOLANGE GONÇALVES LUCIANO, THIAGO SILVEIRA, WEBER LOPES GÓES ■ **EDIÇÃO** LÉA MARQUES E ROSE SILVA ■ **REVISÃO** ROSE SILVA ■ **PRODUÇÃO EDITORIAL** CAMILA ROMA ■ **PROJETO GRÁFICO** CACO BISOL ■ **DIRETORIA EXECUTIVA DA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO** ALOÍZIO MERCADANTE (PRESIDENTE), VÍVIAN FARIAS (VICE-PRESIDENTA), DIRETORES: ALBERTO CANTALICE, ARTUR HENRIQUE, CARLOS HENRIQUE ÁRABE, ELEN COUTINHO, JÉSSICA ITALOEMA, JORGE BITTAR E LUIZ CAETANO

com representantes em todas esferas de poder. Tal projeto tem nitidamente uma obsessão em retirar direitos da juventude, criminalizar suas lutas e expressões culturais, além de buscar perpetuar um modelo de sociedade em que jovens da elite têm acesso a educação, cultura, lazer e trabalho digno, enquanto aos das periferias restam a educação precária, o subemprego ou o desemprego e a ausência de perspectiva de um futuro melhor.

A mudança que queremos e precisamos construir nos rumos do nosso país passa necessariamente por reconhecer o papel central que as lutas juvenis cumprem no presente, de resistência e de despertar de consciência dos e das jovens de todos os cantos de nosso país. É com essa juventude diversa, aguerrida e potente que nós seguimos na luta.

A entrevista do mês é com Taily Terena, jovem indígena, que faz emocionante relato sobre as lutas da juventude

indígena no Brasil hoje, afirmando que esta vai muito além do direito à terra, passando principalmente pelo direito de serem livremente quem são, de poderem estar presentes na sociedade como quiserem estar, com garantia de voz própria e diversidade.

Reafirmando a diversidade das pautas juvenis, temos o artigo do coletivo Lumyjacaré Junsara, que relata o processo de realização de oficinas sobre saúde e juventude de terreiro, com olhar privilegiado para a juventude periférica, e, nesse território, os jovens LGBTQIA+, ressaltando a importância dessas atividades para a construção do bem viver, para a troca de saberes e para a construção de novas lideranças.

Na questão cultural, Sofia Toledo e Victoria Braga apresentam em artigo um debate sobre o funk e a criminalização de um estilo musical e movimento cultural periférico, apesar de seu crescente público para

além das periferias.

Ainda na mesma agenda, mas tratando de hiphop, Jorge Cristiano de Oliveira, produtor cultural e coordenador área de danças urbanas do Fórum Permanente de HipHop do RS fala da importância do registro do movimento como patrimônio Cultural Imaterial de Porto Alegre e como essa medida poderá beneficiar os jovens das comunidades.

Em luta contra as elites acadêmicas, Gabriella Augusta Proença e Píi – Diego Gonçalves, moradores do Conjunto Residencial da USP, trazem para a pauta a importância e as dificuldades da permanência estudantil na produção de conhecimento das universidades públicas brasileiras.

O coletivo apresentado no Perfil do mês é o Ponta de Lança, composto por jovens mulheres negras de Manaus (AM), que tem por objetivo formar comunicadoras/es para disputar a opinião pública. Boa leitura! ■

Juventudes periféricas e funk: da potencialidade à criminalização

SOFIA HELENA TOLEDO E VICTORIA LUSTOSA BRAGA

SOFIA HELENA TOLEDO

É ASSISTENTE DE PESQUISA DO PROJETO RECONEXÃO PERIFÉRIAS E DO NÚCLEO DE JUSTIÇA RACIAL E DIREITO (FGV) E ESTUDANTE DE CIÊNCIAS SOCIAIS NA USP

VICTORIA LUSTOSA BRAGA

É ASSISTENTE DE PESQUISA DO PROJETO RECONEXÃO PERIFÉRIAS, BACHARELA EM GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PELA USP E MESTRANDA EM CIÊNCIA POLÍTICA PELA MESMA INSTITUIÇÃO



FOTO: VLADIMIR PLATONOW/AGB

Para além de um estilo musical produzido e consumido principalmente pela juventude periférica, o funk é hoje um movimento cultural que influencia diretamente no modo de vida e construção da identidade dessa juventude*. Apesar de ser parte importante do cotidiano dessa população, seja no lazer ou na formação política e social, o funk é criminalizado desde sua origem até os dias atuais.

Essa criminalização se evidencia nas tentativas de proibição de bailes funk, nas operações policiais em bailes, nas perseguições à MCs, na seletividade das abordagens policiais e em inúmeras outras situações que viti-

mizam a juventude negra e periférica. Se hoje funk e juventude são termos indissociáveis, isso pode ser relacionado a um aspecto positivo, principalmente no que se refere à potência de identificação, fortalecimento da autoestima e

possibilidades de futuro, e a um aspecto negativo, que diz respeito às violências e opressões que fazem parte do cotidiano da juventude funkeira.

Atualmente podemos considerar que o funk se espalhou em diversos territórios, mas o começo da sua história está diretamente ligado ao Rio de Janeiro. No final da década de 1980, o funk carioca era caracterizado por sua batida e ritmo marcantes, influenciado pelo samba no brasileiro e pelas letras em inglês do funk norte-americano. O estilo musical passou por um processo de nacionalização desde sua chegada ao Brasil, e os MCs começaram a ter suas músicas produzidas em português. Alguns atores foram de extrema importância nesse processo, como o DJ Marlboro.

Desde sua origem, o funk se disseminou e fez sucesso em diversas vertentes.

* (ARAÚJO, 2018)

Para mencionar algumas, podemos falar do funk ostentação - que canta sobre dinheiro, carros, consumo de roupas e sapatos de grife e pode ser diretamente relacionado aos desejos e consumos almejados pelos jovens de periferia; também existe o chamado funk putaria - que fala sobre situações relacionadas ao ato sexual; o funk proibidão - que fala do tráfico, de facções e, a depender, também sobre sexo; o funk melodia - que trata de contextos e relações românticas; e o funk consciente - que faz reflexões políticas e sociais sobre a realidade.

Thiago Torres, conhecido como Chavoso da USP, faz uma relação direta entre as vertentes do funk e as conjunturas sociais e econômicas do país. O funk ostentação teria se popularizado nos momentos de crescimento do poder de consumo das periferias, enquanto o funk consciente teria ganhado se destacado com as crises dos últimos anos. Este último tem ganhado cada vez mais ouvintes, e exemplos do sucesso dessa

vertente são dois lançamentos de 2021 com teor crítico e de denúncia a realidade política e social do país: "Hit do Ano - O Peso da Luta" e "Cracolândia". Do lazer à crítica política e social, o funk faz parte do cotidiano da juventude periférica.

Para além de remeterem a momentos de lazer, as letras passaram a retratar também a realidade das periferias, como a relação com as polícias e com o crime organizado, e, desde então, as acusações de que o funk teria como objetivo fazer apologia ao crime só aumentaram. Os organizadores e frequentadores dos bailes funk, espaço de manifestação e encontro do movimento, passaram a sofrer interdições por associação com uso e venda de drogas, desvio de comportamento do público infantil, arrastões, incitação à violência e outras motivações.

Esse fenômeno não é recente, a proibição dos bailes em clubes no Rio de Janeiro nos anos 1990, por exemplo, decorreu principalmente da re-

percussão midiática dos arrastões na Praia do Arpoador, em 1992. A responsabilidade pelos casos foi atribuída aos jovens frequentadores dos bailes funks, associando o movimento à violência. Esse processo culminou em normas e medidas judiciais ao longo dos anos 1990 que interditaram a realização de bailes funks e que intensificaram a perseguição a MCs e equipes de som.

Isso acabou por incentivar os bailes de comunidade em territórios periféricos, com reconfiguração e readaptação das interações e conflitos entre os atores e das autoridades locais influentes na realização dos encontros, como, por exemplo, líderes comunitários. Essa associação entre o movimento funk e condutas criminosas criminaliza não apenas as letras das músicas, mas o público majoritariamente jovem, preto, periférico, que frequenta os bailes, que produz as músicas, que define a estética e dinâmica da cultura funk.

Em estudo com policiais

sobre a filtragem racial na seleção de suspeitos, Sinhorreto et al. (2014) demonstram como a abordagem policial não é pautada por critérios objetivos, mas por valores e moralidades que incidem na seleção de suspeitos que, na maioria das vezes, são jovens negros. As vestimentas e as corporiedades influenciam diretamente nas chances de um jovem ser abordado. No Rio de Janeiro, por exemplo, esse “tipo social criminoso” é diretamente associado à figura e estereótipo de um jovem funkeiro. Esse é apenas um dos exemplos de criminalização do estilo musical e da cultura funk.

Há contextos em que essa criminalização acarreta um aumento da atuação policial em bailes funks, que, por vezes, culminam em chacinas. Foi o caso da chacina de Paraisópolis, ocorrida na madrugada do dia 1 de dezembro de 2019, onde nove jovens foram mortos durante atuação da polícia militar no baile. A Polícia Civil concluiu o inquérito e indiciou por homicídio culposo nove dos 31 poli-

ciais militares envolvidos no caso. Outro caso ocorreu no dia 11 de julho de 2016, em um baile funk em São Miguel Paulista, em São Paulo. Três jovens morreram durante patrulhamento de policiais militares no local. Os PMs foram investigados pelo DHPP sob suspeita de integrarem um grupo de extermínio que teria como alvo frequentadores de bailes funk.

Apesar da disseminação e crescimento do funk - que não à toa foi o segundo gênero musical mais escutado no país em 2020, segundo o Spotify - e da potência de um estilo musical que promove do lazer à crítica social, os sujeitos que se identificam e constroem esse movimento cultural ainda são vítimas de múltiplas violências. Da proibição de bailes a jovens que são abordados sem justificativa,

encarcerados, feridos ou assassinados injustamente pela polícia, ou MCs que são com frequência investigados em operações que associam o sucesso do funk ao tráfico de drogas, a criminalização do funk cerceia o movimento e a juventude negra e periférica cotidianamente. ■

Referência:

ARAÚJO, Nicole. Juventude e resistência: o funk como forma de expressão dos(das) jovens da periferia. Dissertação (Mestrado), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2018

CYMROT, Danilo. A criminalização do funk sob a perspectiva da teoria crítica. Dissertação (mestrado), Universidade de São Paulo, 2011.

SINHORETTO et al. A filtragem racial na seleção policial de suspeitos: segurança pública e relações raciais - - Coleção Pensando a Segurança vol 5, 2014.



BAILE PIRITUBA. FOTO: REPRODUÇÃO DO FACEBOOK

A juventude indígena vive em dois mundos. E sonha em apenas ser

POR ISAÍAS DALLE

Taily Terena, símbolo dessa vivência entre dois mundos – a cidade e a aldeia, as tradições e as redes sociais, o temor pela vida e a coragem da luta – fala à **Revista Reconexão Periferias**.

Confira:

Reconexão Periferias: Quais são os principais problemas, dramas e desafios enfrentados pela juventude indígena no Brasil hoje?

Taily Terena: (suspira) Olha, eu acho que independente de sermos jovens ou não, a questão indígena hoje no Brasil já sofre um drama por si só, pelo contexto político que a gente está. É lógico que isso não é uma coisa deste governo, é uma coisa que sempre existiu desde quando os colonizadores chegaram no nosso território. A gente nunca teve um momento de descanso, sempre foi luta atrás de



A JOVEM TAYLI COM A PINTURA DO POVO TERENA. FOTO: ARQUIVO PESSOAL

Até pouco tempo atrás, nem sequer o conceito de juventude existia nas comunidades tradicionais. As pessoas passavam da infância para a idade adulta sem um intervalo assim definido.

Entre rápidas mudanças como essa, duas permanências: o assassinato dos indígenas e a opção destes povos por resistir e viver.

luta para gente continuar sobrevivendo. E aí, pelo contexto político que a

gente está hoje em dia, há vários projetos de lei que afetam todos nós,

sejamos anciãos, adultos, jovens ou crianças. Mas enquanto juventude especificamente, eu gosto muito de trazer a questão dos dois mundos. A gente vive hoje o mundo muito tecnológico, muito globalizado, e, enquanto juventude, acaba dentro de uma saia justa. Se a gente está no território, um monte de parentes que optam por ficar no território, vem toda a questão da violência que o território vive – dependendo da região é o agronegócio, a mineração. Essa questão de viver tradicionalmente na nossa cultura, isso acaba não sendo a realidade de muitos jovens, porque hoje em dia, no mundo capitalista, é preciso ter um mínimo de renda, de condição, e isso acaba conflitando um pouco com as nossas tradições.

Mas também, por um outro lado, há o conflito do jovem que decide ir atrás das perspectivas e da mudança, que vai para a cidade, vai buscar estudo, emprego, e aí entra a situação de sermos marginalizados, de botarem

a nossa identidade em questão: “você veio para cidade, você não é mais indígena, você está na universidade, você não é mais indígena, ou se você nasceu na cidade, você não é mais indígena”. A nossa identidade, hoje em dia, enquanto juventude, parece que está à mercê das pessoas dizerem o que é que a gente é ou não é, se a gente está ou não no território.

Viver em dois mundos acaba sendo hoje um drama para muitos jovens. A gente não sabe bem para onde ir, para onde não ir. E como navegar nesses dois universos. Mas acaba sendo também uma oportunidade. Os jovens também estão se encontrando nesse universo. Domínio das redes, domínio das tecnologias. Se você vê hoje, comparado que ao era dez anos atrás, não havia participação indígena nesses meios tecnológicos. Hoje a gente tem youtuber indígena, os tik toks dos parentes mais novos que adoram essas redes para não só usarem como lazer, mas como

uma ferramenta de luta. Eu tenho um amigo que gostava de dizer assim: “Meu sonho é que um dia a gente possa só ser. Só ser quem a gente é”. Porque em todo lugar onde a gente está tem de estar lutando. As pessoas cobram que esteja lutando. Eu tenho de ser a Taily Terena que tem de estar lutando pelo movimento indígena. Nas redes sociais eu tenho de fazer algum post que seja nesse sentido. Há uma cobrança do mundo pelo nosso posicionamento, e a juventude indígena hoje vive esse drama.

RP: Quando você fala em luta, para um ser urbano e branco, isso remete ao trabalho, pagar contas, sobreviver. Mas isso deve ser ainda muito pequeno diante do drama que vocês vivem. Conte um pouco mais sobre isso. Não é só uma luta pela sobrevivência material, mas por uma sobrevivência simbólica, espiritual.

TT: A nossa luta é para ser quem nós somos. Quando você vai buscar a nossa identidade – cla-

ro que a gente tem toda essa diversidade, somos mais de 320 povos no Brasil, 305 identificados e outros 20 em isolamento voluntário – cada povo tem sua forma de ver sua luta. Mas quando a gente fala da nossa identidade, de ser quem nós somos, eu gosto de dizer que a nossa identidade é formada pela nossa ancestralidade, pela nossa relação com o nosso território, mesmo que a gente esteja na cidade, eu acho muito importante dizer isso porque quando a gente fala em território o pessoal sempre pensa lá na mata, mas território tradicional é onde a gente pisa, nossa Mãe Terra.

Então nossa luta vai um pouco mais além do que só demarcação. Porque hoje em dia, depois que você demarca, quais são as condições de vida desse território? Não só de podermos viver nele, mas ele estar saudável. Por exemplo, os ianomâmis têm um território superpreservado, mas com o garimpo dentro das regiões deles, não estão

mais com uma condição de vida saudável. Então a nossa luta é um pouco de tudo.

Eu lembrei agora de Davi Kopenawa, que fala sobre essa questão da queda do céu, e a gente reconhece essa questão da doença, estamos vivendo o mundo na pandemia. Muitas pessoas, principalmente as que estão na cidade, perceberam essa falta de conexão com a Terra, como isso adoce a gente. Você ficar trancado dentro de um apartamento sem poder tomar um sol, sem poder tomar um vento, sem poder sentar numa árvore, adoce. Nossa luta abarca tudo isso. A luta espiritual, a luta pelos nossos ancestrais que não estão

sendo honrados, a luta pelo meio ambiente que é parte de nosso corpo, e essa questão da modernidade, que é a luta política. Poder estar presentes na sociedade como nós queremos estar. Não porque o outro nos define e nos dá esses espaços, mas poder ter nossa própria voz, perspectiva e trazer a nossa diversidade. Ai, gente, é muita luta (risos).

RP: Você é um exemplo daquilo que falava há pouco. Ligada a suas raízes e também conectada ao mundo contemporâneo, fazendo a luta política, dialogando com outros setores. Como você construiu essa trajetória entre dois mundos?

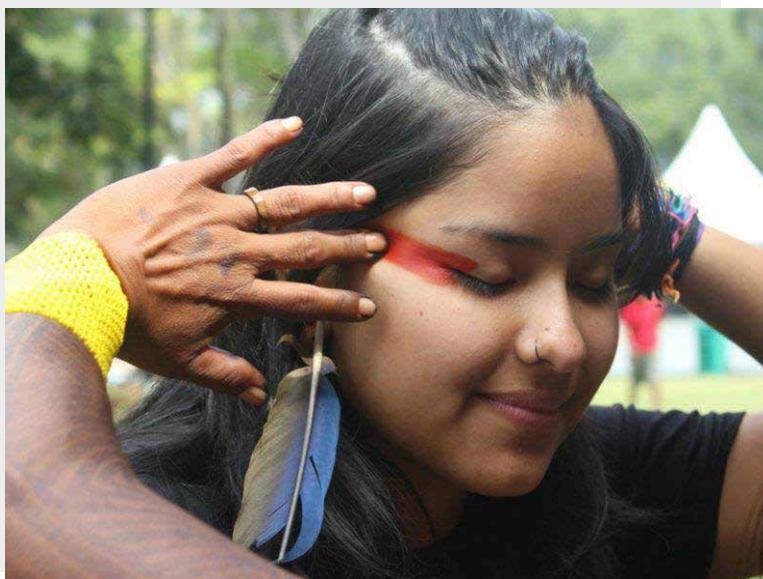


FOTO: ARQUIVO PESSOAL

TT: Minha história nesses dois mundos tem muito a ver com as condições de vida do meu povo aqui na região do Mato Grosso do Sul, muito diferente da realidade amazônica. Aqui o agronegócio já nos ilhou dentro dos nossos territórios, o povo Terena não tem um território contínuo, foi dividido em pequenas Ilhas, então não temos condições de viver apenas o nosso território. É uma realidade muito difícil, a questão da migração é muito forte. Meu pai (o pai de Taily é o conhecido líder Marcos Terena) já migrou com a minha família para a cidade aqui perto, Campo Grande, estudamos, aprendemos a linguagem do purutuya (não-indígena) crescemos na vida, vamos dizer assim. E acabou indo para Brasília, que é onde eu nasci. Ele conheceu minha mãe lá, e eu acabei nascendo e sendo criada em Brasília, mas, como você disse, sem perder o contato com o meu povo, porque parte da minha família continuou no território

(Mato Grosso).

Estudei na escola, sempre sendo “a indígena da escola”. Aquela questão do outro querendo dizer quem você é. Sempre fui apontada como a indígena, tendo de cumprir algumas obrigações sociais que eu mesma, enquanto terena, nunca entendi. Meu pai foi um dos fundadores do movimento indígena, então isso sempre esteve presente no meu cotidiano apesar de estar na cidade.

RP: Conte alguns desses comportamentos que cobravam e causavam estranhamento.

Na escola, assim pequeninha, por exemplo, no Dia do índio, aquela coisa de se pintar, usar peninha...

Já ouvi de professor comentários racistas, no estilo assim, cheguei atrasada: “e aí, o cipó quebrou, por isso você chegou atrasada?”. Ou ‘o seu barco não veio?’. Participei de um evento indígena, voltei pintada de jenipapo. Muita gente

não conhece jenipapo, é uma tinta natural que fica na sua pele por sete dias, dez dias, pode tomar banho, pode esfregar, não sai. Meus professores perguntaram se eu não tomava banho.

Ou então por eu não falar meu idioma. Fui criada na cidade, não sei meu idioma. As pessoas dizem “você foi criada na cidade, não é mais da aldeia”. Mas vocês conhecem a realidade do meu povo, vocês sabem como que é aqui na aldeia? Há muitos jovens que hoje em dia não são mais falantes, depende da região. Tem regiões do nosso povo em que os jovens são falantes, mas tem regiões que não. Então se essas cobranças do que é ser um índio, e de alguma forma, assim, eu acabo atendendo essas demandas porque eu tenho um estereótipo do que as pessoas imaginam do que é ser indígena, eu atendia parte dessas expectativas, mas não todas. Essas curiosidades que o purutuya tem, um imaginário romantizado.

RP: Vamos falar de coisa boa: organização da juventude indígena. Os coletivos, essa luta que você empreende como tantos outros. Há alguma conquista, algum exemplo que você destacaria?

TT: Primeiro, eu queria só dizer que essa ideia de ser jovem é muito recente para as populações indígenas. Tradicionalmente, para muitos povos e principalmente as mulheres, por conta da menstruação, não havia esse período de ser jovem. Você é criança e passa por um processo de transformação. E aí há povos que têm a reclusão, ritos de passagem, e aí depois já vira adulto. Com o contato com o não-indígena, com essas adaptações na nossa cultura – que fazem parte de todas as culturas – a gente acaba tendo essa identidade enquanto jovens, algo recente.

Enquanto juventude, poderia dizer que nada foi uma conquista só dos jovens. Se tem algum tipo de conquista para

a juventude foi porque os nossos mais velhos iniciaram esse movimento. Deve-se reconhecer, sim, o papel dos nossos mais velhos e até de quem começou esse movimento do indígena no Brasil e no mundo como um todo.

Mas aqui no Brasil, eu diria, temos essa questão da universidade, que eu acho muito importante, poder ter acesso à universidade com as cotas. Claro que com muitas críticas, porque ainda é um espaço muito, muito, muito colonizador. Então se diz aberto às populações indígenas, mas não aos nossos conhecimentos.

RP: Você sonha com a possibilidade de uma ou mais universidades serem criadas preferencialmente, ou exclusivamente, para os temas indígenas?

TT: Isso na verdade é um sonho até antigo dos nossos mais velhos. Eu até tinha comentado com meu pai, dentro do MEC existia essa articulação, não só com ele, mas com outros líderes indígenas,

sobre uma universidade intercultural indígena, com os nossos conhecimentos, com os nossos profissionais, mas aberta a todos. É sim um sonho, não é só meu. No governo do PT teve um pouco mais forte essa articulação, mas nunca saiu do papel. Temos exemplos de outros países que têm esse tipo de programa. Sonho, sonho por demais. Meu sonho seria um pouco mais além. Não queria que isso estivesse apenas em um instituto, em um só lugar, porque só iria para lá quem está interessado nesta temática. Mas quem precisa ouvir essa temática não necessariamente está interessado. Então, talvez, um programa na universidade para que esse tipo de conhecimento fosse para todos, igual àquela lei que fala da inclusão dos saberes e das histórias do povo afro, do povo negro, para as escolas. É um grande passo.

RP: Hoje a questão do genocídio, da violência contra o povo negro está mais presente na pauta,

na mídia. Como isso tem se dado em relação aos povos indígenas?

LT: No Brasil, desde a colonização, quantos povos desapareceram por completo? Eu lembro muito de Darcy (Ribeiro) dizendo que se nós não cuidássemos de “nossos índios” – eu vou colocar entre aspas porque eu me incomodo muito com essa expressão, eu sou do meu pai e da minha mãe e olhe lá, não sou de ninguém, não – a gente ia acabar.

Há duas perspectivas em relação a isso. Uma, realmente a violência tem aumentado no Brasil; se for ver aqueles relatórios da Global Witness, no levantamento sobre os assassinatos de líderes indígenas e de ativistas pelo meio ambiente, o Brasil sempre está, nos cinco, dez últimos anos – aí eu vou brincar porque o Brasil, não importa o governo, sempre esteve entre o top five dos que mais matam indígenas no mundo. Claro que com esse governo ficou ainda mais legalizado o assassinato de pessoas

indígenas, e não só o assassinato, mas a brutalidade nesses assassinatos. A gente tem tido o enfraquecimento dos órgãos responsáveis para investigar, poder ir atrás. Funai, Ibama, não existem mais. O que a gente tem feito são coletivos de autodefesa. Estão ocorrendo assassinatos dessas pessoas que se voluntariam para fazer essa defesa dos territórios, e que não chegam na mídia. É diferente do povo negro, todo mundo sabe da violência das periferias, todo mundo sabe o que acontece quando a polícia chega na favela, mas ninguém sabe o que que está acontecendo dentro dos nossos territórios. As nossas vidas, parece que elas não importam a ponto de serem notificadas para a população geral.

Sempre falam da nossa morte, que a gente vai acabar, seja pela violência em si, e tem muita gente que ainda diz que vamos acabar porque vamos estar dentro da sociedade não-indígena. E aí eu traço um contraponto: sempre declararam o nosso

fim, mas como sementes teimosas, como diz aquele provérbio mexicano, a gente decidiu ficar.

Eu estava lembrando o que uma anciã me falou na época da prisão do Lula. Estávamos na aldeia eu e uma amiga, e a gente chorava. “Meu Deus, se o Lula que é o Lula, uma pessoa superinfluyente, popular, e fizeram isso com ele, imagina que que vão fazer com as nossas vidas”. Aí essa anciã, uma tia, ficou brava, mas ficou muito brava com a gente, e desligou a TV: “Tem de parar com isso, sempre declararam a nossa morte, nosso povo terena tem contato desde o século 16. Mas nosso povo não vai acabar, enquanto a gente tiver a responsabilidade com a nossa identidade”.

Porque é isso: enquanto jovem, a gente precisa ter ciência dessa responsabilidade com as futuras gerações. Eu gosto muito dessa ideia de pensar nas sete gerações. Você conhece essa história das sete gerações? Então,



TAYLI COM A PINTURA DO POVO APALAI EM VISITA AO PARQUE DO TUMUCUMAQUE, NO AMAPÁ.
FOTO: ARQUIVO PESSOAL

assim, você enquanto indivíduo tem de sempre lembrar das sete gerações. Há três gerações antes de você e pensar nas três gerações que estão por vir. Se a gente tem essa clareza, não deixa morrer quem é. Por mais que eles queiram nos matar, por mais que a gente esteja vivendo esse genocídio – porque sim, estamos morrendo, porque sim, tem povo que está desaparecendo – a gente tem essa responsabilidade de continuar.

RP: Essa preocupação com os ancestrais, de onde viemos, deveria ser uma preocupação também dos brancos. Muitas vezes uma pessoa que mora na

cidade, classe média, ostenta orgulhosa um sobrenome italiano ou espanhol, mas se fosse ver como viveram seus avós ou bisavós, pudesse descobrir que muitos deles sofreram fome, miséria, trabalho análogo à escravidão. Acho essa desconsideração uma tolice. E mais algo que podemos aprender com vocês.

TT: Mas aí entra uma questão: as pessoas desconsideram isso ou o sistema fez com que apagassem essa relação? Porque essa ideia de que, ah, o Brasil é um país miscigenado, somos índios, brancos e negros, todo mundo já ouviu ou falou esse trem.

Eu falo com muito cuidado sobre esse tema, porque muita gente tem tentado buscar essa raiz, e pessoas dizem que tiveram uma avó “pega no laço”, essa história horrível, e as pessoas falam disso com o maior orgulho. Brasil, vocês entendem que são fruto de um estupro, de uma violência muito grande e você diz isso com orgulho porque acha que é bonito?

Eu costumo dizer dessa ideia do lugar de fala. Eu sou uma indígena urbana, que é diferente de um parente que está dentro da aldeia mesmo e que está todo o dia batendo de frente com o garimpo.

Se você for atrás de sua origem europeia, você vai encontrar sua avó, sua bisavó, porque o registro foi mantido. Para os indígenas houve um apagamento histórico. Do seu lado indígena, sua avó sofreu um trauma tão grande, que ela parou de falar. Sofreu um trauma tão grande que se silenciou. ■

Para saber mais

Taily dá sugestões de filmes, livros e redes sociais

Filmes

“O Abraço da Serpente” (Ciro Guerra, 2016) – “Muita gente tem interesse pelas nossas medicinas tradicionais, principalmente o ayahuasca, que sejam alucinógenas. Só que as pessoas acabam buscando com outro intuito e não respeitando muito a origem dessas medicinas”.

“Jogos Indígenas” (Thiago Frade e Alexandre Magno, 2015), – “Eu já trabalhei com os jogos e é lindo, muito lindo e muito forte. A gente vê o que é e do que foi feito pela nossa cultura por meio do esporte e assim fortalece a nossa identidade através dos esportes tradicionais”.

Livros

“A Queda do Céu: Palavras de um Xamã Yanomami”, de Davi Kopenawa. “É um livro um pouco denso, grande também, nem todo mundo acaba indo atrás desse livro, mas quem puder, tiver interesse, é muito legal”.

“A Vida Não é Útil”, de Ailton Krenak. “É um livro mais direto, um pouco mais fácil”.

Redes

“Quero sugerir que as pessoas sigam alguns coletivos de juventude indígena. Temos aí o Visibilidade Indígena, no instagram, a Rádio Yandê, há vários coletivos. E sigam os povos, há diversas páginas, como Juventude Terena, a Aldeia Mãe Terra, estamos demarcando presença nos territórios tecnológicos.”

Saúde da Juventude de Terreiro no Lumyjacare Junsara

LUAZEMI ROBERTO BRAGA, VAGNER SANTOS SILVA E ABRAHÃO DE OLIVEIRA SANTOS

O projeto Saúde da Juventude de Terreiro compõe as atividades realizadas pelo Lumyjacare Junsara, roça de angola-congo liderada por Tata Luazemi Roberto Braga, como o I Encontro de Homens de Axé da Baixada Fluminense, em 2015, organizado junto com a Rede Nacional de Religiões Afro-Brasileiras e Saúde (Renafro) e o Kitembo – Laboratório de Estudos da Subjetividade e Cultura Afro-brasileira da Universidade Federal Fluminense (UFF). Também as discussões sobre métodos de prevenção de infecções sexualmente transmissíveis – ISTs, feitas pelo Canal Põe na Roda, foram inspiradoras.

Na mesma linha de ajuntamentos do povo de terreiro, com olhar privilegiado para a juventude periférica, e, nesse território, aos jovens LGBTQIA+, almejamos perseguir a preparação de lideranças

de jovens negrxs ligadxs aos cultos dos espíritos dos antepassados e da natureza ou às religiões do candomblé e da umbanda. Somos sensíveis à necessidade de acesso a informação de autocuidado e às dificuldades nos tratamentos das ISTs provenientes de fatores racialistas e LGBTQ-fóbicos e outros constrangimentos sentidos pelo povo da periferia.

No presente projeto, realizado de modo remoto, uma vez que nos encontramos no contexto da pandemia de Covid-19, dispusemos encontros com referências profissionais da enfermagem, da psicologia e da assistência social, especialistas na temática em questão.

As discussões envolvendo os especialistas e pessoas de terreiros de candomblé e umbanda de várias localidades da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, mas

também de outros estados, tinham como pano de fundo a nossa condi-

As discussões envolvendo os especialistas e pessoas de terreiros de candomblé e umbanda de várias localidades da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, mas também de outros estados, tinham como pano de fundo a nossa condição religiosa e espiritual do povo de nguzo e axé.

LUAZEMI ROBERTO BRAGA É TATA DE NKISI NO LUMIJACARÉ JUNÇARA, MESTRE DO ENCONTRO DE SABERES DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE E MEMBRO DO KITEMBO.

VAGNER SANTOS SILVA É TATA MANGANZA NO LUMIJACARÉ JUNÇARA, CABELEIREIRO, BICHA PRETA; COORDENADOR DO PROJETO SAÚDE E JUVENTUDE DE TERREIRO LGBTQIA+.

ABRAHÃO DE OLIVEIRA SANTOS É PSICÓLOGO, MONA NKISI DO LUMIJACARÉ JUNÇARA, COORDENADOR DO KITEMBO – LABORATÓRIO DE ESTUDOS DA SUBJETIVIDADE E CULTURA AFRO-BRASILEIRA DA UFF.



LUAZEMI ROBERTO BRAGA. FOTO: ARQUIVO PESSOAL



VAGNER SANTOS SILVA . FOTO: ARQUIVO PESSOAL

ção religiosa e espiritual do povo de nguzo e axé. De modo geral, as religiões não têm cuidado de seus jovens, quando a situação de gênero e de sexualidade delxs não acompanham o padrão heteronormativo. Um exemplo que surgiu na conversa foi o de um jovem soropositivo que foi hostilizado pelo sacerdote do terreiro. “O sacerdote disse ao rapaz que a doença foi um castigo do Orixá contra o médium”.

É certo e bem sabido, portanto não é novidade, que nas religiões de matriz cristã as pessoas do grupo LGBTQIA+ são hostilizadas, oprimidas, ridicularizadas e até impe-

didadas de se apresentarem no interior das igrejas e entre os demais fiéis.

Com base no exposto, percebemos a importância não apenas de informações básicas sobre as ISTs, mas de sermos sensíveis às necessidades de acolhimento dos jovens em geral e sobretudo dos mais vulneráveis aos ataques LGBT-fóbicos.

Nos encontros online realizados, foi grande a importância do sacerdote Tata Luazemi Roberto Braga, ao falar do interesse de acolher a todos nas roças, e de promover eventos similares e rodas de conversa aberta, com o objetivo de acolhimento.

A fala e os questiona-

mentos dos participantes reafirmaram a relevância social do projeto e ressaltaram a necessidade de espaços de debates como esse. Foi colocado que seria muito mais adequado que os encontros pudessem acontecer de modo presencial e nos espaços das roças, onde habitualmente os encontros religiosos ocorrem. O assunto do cuidado de si e da comunidade, inclusive na especificidade da temática aqui indicada, é perfeitamente aliado ao culto do nosso sagrado, no qual o nkisi é, nada mais e nada menos, um pacote de saber cuidar, um remédio.

Com os debates, pudemos perceber a ausência de conhecimento nos temas explanados e o problema dos jovens negros e LGBTQIA+ no momento de serem acolhidos com suas diferenças de gênero, raça e de modos de afeto. Da mesma forma os jovens sugeriram diversos temas para novos projetos e mostram o quanto há de ser feito. Longa é a

Com os debates, pudemos perceber a ausência de conhecimento nos temas explanados e o problema dos jovens negros e LGBTQIA+ no momento de serem acolhidos com suas diferenças de gênero, raça e de modos de afeto.

pauta a ser construída.

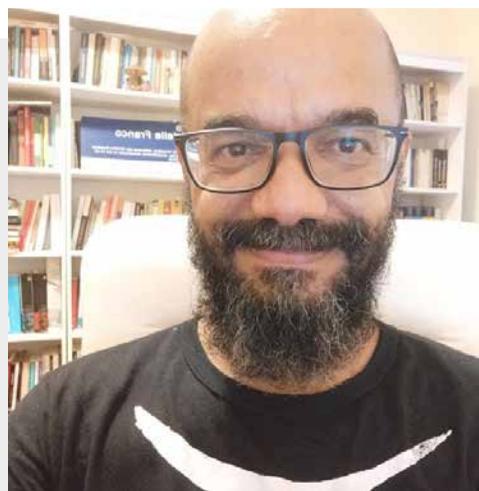
A necessidade de auto-organização do jovem de terreiro, do jovem morador das periferias, se apresenta como algo a ser enfrentado. Nas dificuldades colocadas, tanto em relação ao acesso a informações, tratamentos e cuidados com as ISTs, a LGBTQIA+fobia, o racismo, incluindo o racismo religioso, foram elencados como fatores que agravam ainda mais a situação da juventude.

Esses elementos aparecem mesmo dentro dos

espaços dos terreiros, ainda que seja muito explícito o quanto as religiões de matriz africana mantêm espaços abertos às distintas formas de subjetivação e singularização. Ressaltamos mesmos que os terreiros são espaços visivelmente favoráveis à diversidade de estilos de viver e de respeito aos direitos humanos.

Como possibilidades de futuros projetos, foi colocado:

- 1) A importância do engajamento de jovens no planejamento e execução dos projetos
- 2) A oportunidade de fazer e coordenar o projeto, pois induz ao desenvolvimento intelectual e de liderança do jovem
- 3) A participação nas discussões, não apenas escutando, mas, sobretudo, relatando situações e emitindo opiniões, proporciona a aprendizagem e a formação
- 4) As falas dos participantes, em cada diferença enfoque temático das



ABRAHÃO DE OLIVEIRA SANTOS.
FOTO: ARQUIVO PESSOAL

lives, trouxeram outras pautas e ideias de encontro com grupos vulneráveis, como de contação de histórias e de itãs, de cursos de bonecas de orixás e narrativas de vivências de LGBTQs negras.

O que nos ressalta com maior valor no trabalho realizado por esse projeto é a formação de espaços de escuta e aprendizagem de uns com os outros, de articulação do viver bem com o nosso sagrado e de poder levar os conhecimentos produzidos e aprendidos, e assim estar formando novas lideranças, informadas a respeito das pautas periféricas. ■

Jovens mulheres de Manaus formam comunicadores para disputar opinião pública

POR ROSE SILVA



FOTO: ACERVO DO COLETIVO PONTA DE LANÇA

Criado em 2018 para organizar ações na campanha presidencial e combater a candidatura de Bolsonaro, na cobertura do ato “Ele não”, o coletivo Ponta de Lança é formado por duas jovens negras periféricas que nasceram e vivem na capital amazonense: Raquel Cardoso e Jéssica Valois.

Elas se conheceram na universidade e foram as primeiras da família a ingressar em um curso superior, identificaram-se por compartilhar uma vida de muito sacrifício, pois dependiam dos auxílios, e uniram-se inicialmente no movimento estudantil. Batalhavam na época pra que o currículo

acadêmico estivesse mais voltado à realidade amazônica. Com isso, viram que seu trabalho não poderia ser exclusivamente voltado à academia e que precisavam retornar para seu espaço de origem.

Raquel Cardoso, 27 anos, é formada em Letras (Língua Portu-

guesa) pela Universidade Estadual do Amazonas, onde faz atualmente uma especialização em gestão e projetos educacionais.

Nascida em Petópolis (Manaus-AM), ela atribui seu protagonismo ao acesso que teve a experiências e pessoas que lhe possibilitaram conceber-

-se como mulher preta periférica e um ser social. “A entrada na academia veio por meio de processos nada tranquilos, de choque, de enfrentamento de uma realidade hostil, mas hoje em dia posso me colocar em todos os espaços a partir do chão, a partir da minha base”, relata.

Sobre seu reconhecimento como mulher preta periférica, ela afirma que surgiu de forma autônoma. “Revedo meu passado, tive muitos momentos para observar, principalmente em sala de aula, que algo me distinguia de outras pessoas, e eu não sabia exatamente o quê. Minha decisão de estar no coletivo é sobretudo por conta de outras mulheres negras de periferia que não alcançavam essas discussões de empoderamento negro por não conseguirem se identificar”, conta.

Ela afirma que a sua entrada na universidade trouxe o compromisso de voltar para a sua comunidade para novamente se reconhecer ali

e compartilhar parte de sua experiência e desse reconhecimento, por isso decidiu criar o coletivo. “Queremos transformar o que adquirimos nessa trajetória em coisas materiais e compartilhar, pois mesmo quando saímos do território, por mais que o contato não seja físico, a gente continua lá”, diz.

A outra fundadora, Jéssica, é nascida em Puraquequara, um bairro urbano, porém, situado no limite de onde residem comunidades ribeirinhas. Neste local, além das zonas Leste e Norte da cidade, elas concentram a maioria das atividades formativas e de solidariedade à população,

por serem comunidades que surgiram a partir de ocupações de terra.

São áreas extensas e não planejadas, habitadas por pessoas de baixa renda que vieram do interior ou até de outros estados por conta da Zona Franca de Manaus para oferecer mão de obra às fábricas, principalmente na década de 1980. “Foi a época em que mais ganhou força o movimento de moradia. Por meio do coletivo, nós tivemos a oportunidade de conhecer algumas personalidades históricas que participaram, entre elas Mãe Nonata (In memorian), que era nossa companheira de militância e nossa mãe de

FOTO: ACERVO DO COLETIVO PONTA DE LANÇA



santo”, explica Raquel, cuja mãe e as tias também participaram das lutas por moradia.

Uma ideia na cabeça, uma câmera na mão

Hoje as fundadoras do coletivo, Raquel e Jéssica, promovem a formação de comunicadores visuais, com oficinas que abrangem desde as técnicas de coleta de informações, com entrevistas, gravação e edição, embora tenham se formado de forma independente.

Para chegar a isso, participaram de um projeto e se apropriaram das habilidades do audiovisual. “Pegamos uma câmera, um celular e começamos a registrar imagens e depoimentos das pessoas”, relembra Raquel. O trabalho inclui o uso das redes sociais como frente de disputa da opinião pública.

Elas também organizam ações de formação política e, durante a pandemia e as recentes cheias que atingiram a região, realizaram ações de solidariedade.

Logo que começou a pandemia, perceberam que as pessoas moradoras dos lugares onde costumam atuar seriam extremamente afetadas. Entre 2020 e 2021, as jovens produziram o minidocumentário *Relatos de uma Pandemia nas Periferias Amazônicas*, que circula nas redes sociais.

Raquel afirma que mais do que registrar elas pretendiam denunciar o descaso do governo do Estado, pois eram pessoas totalmente desassistidas, que em sua maioria nunca tiveram um emprego formal.

”Nosso primeiro ato foi tentar conseguir cestas básicas para famílias que não foram atendidas pelos projetos sociais do governo do Amazonas e por isso arrecadamos nós mesmas, para entregar a elas. Nesse processo, fizemos um registro”, explica.

O projeto foi um dos selecionados pela chamada pública do Reconexão Periferias, da Fundação Perseu Abramo, que proporcionou ajuda financeira para o grupo, em parceria com a Fundação Friedrich Ebert (FES). ■



FOTO: ACERVO DO COLETIVO PONTA DE LANÇA

Importância e dificuldades da permanência estudantil nas universidades públicas

GABRIELLA AUGUSTA PROENÇA E PÍI – DIEGO GONÇALVES

A existência do Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo (Crusp) é fruto, desde sua inauguração, de inúmeras histórias de ocupação e resistência estudantil. Com o intuito inicial de permitir o acesso à educação aos alunos oriundos de cidades do interior de São Paulo e de regiões diversas do Brasil, o Crusp perpassa diversas épocas de ressignificação da permanência estudantil.

Na atualidade, encontra-se muito além da função de moradia universitária, atuando como a principal ponte inclusiva de alunos pobres, majoritariamente pretos e pardos, oriundos de escola pública e realidades diversas. Para estes, cujas vivências destoam econômica, cultural e socialmente da grande maioria dos estudantes da Universidade de São Paulo (USP), o espaço da moradia estudantil permite o acesso à educação de forma mais qualitativa, mas não somente.

Compete a ele, principalmente, o exercício etimológico da palavra universidade: universalizar o conhecimento, ou seja, contemplar acesso a todos aqueles que desejem desfrutar de seu espaço.

Essa universalização não ocorre somente em meios de permitir o acesso individual de todo e qualquer cidadão ao espaço acadêmico, mas parte da possibilidade de transformação das vias de conhecimento que existem na atualidade,

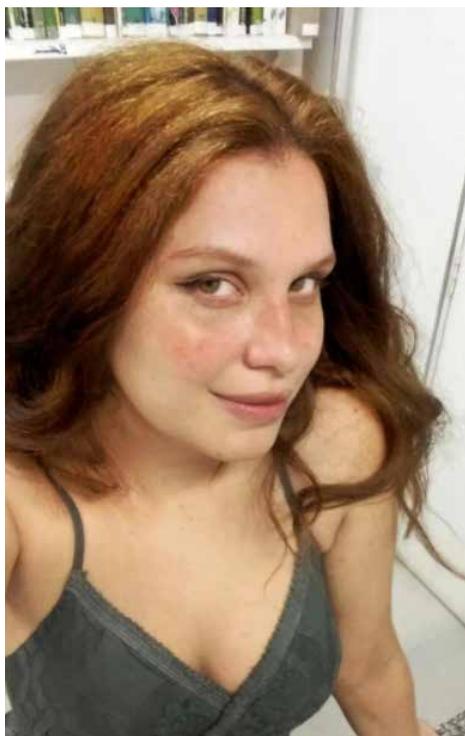
moldadas num perfil embranquecido.

Essa transformação se faz de extrema importância para a definitiva conquista do espaço acadêmico pelas minorias, uma vez que permite a alteração dos moldes de produção de conhecimento, tornando-os de fato representativos e permitindo, por fim, seu uso como uma ferramenta de reforma social e cultural brasileira, distanciado-se do conhecimento engessado e colonizador, meramente imposto.

Este, porém, é um exercício cada vez mais distante dos alunos que são comumente marginalizados e oprimidos pelo sistema elitizado que compõe a USP. Não obstante as dificuldades e desvantagens que possuem para adentrar o ambiente acadêmico em comparação com os demais estudantes, principal reflexo de um ensino

GABRIELLA AUGUSTA PROENÇA É GRADUANDA DE GEOLOGIA, 28 ANOS, ATUAL MORADORA DO BLOCO A1

PÍI – DIEGO GONÇALVES É GRADUANDO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 28 ANOS, ATUAL MORADOR DO BLOCO D



GABRIELLA AUGUSTA PROENÇA
FOTO: ARQUIVO PESSOAL

público defasado, sucateado e de uma sociedade estruturada nos fictícios moldes da meritocracia, ainda existem os desafios ligados à permanência estudantil, uma vez que a moradia universitária tem condições precárias e sofre, de forma constante, ameaças.

Desde o início da pandemia, as condições de qualidade de vida dos alunos moradores do Crusp denunciam o descaso com que estes são cotidianamente tratados na Universidade de São Paulo. Em meio a problemas estruturais, falta de água,

problemas com alimentação e falta de apoio financeiro e emocional, os alunos presenciaram o suicídio de moradores e colegas que, sem assistência e sentindo-se abandonados, optaram pelo extremo, abalando toda a comunidade cruspiana, já fragilizada.

Dois meses após o último caso de suicídio de um morador do Crusp, a USP anuncia que realizará uma reforma no Conjunto Residencial, começando pelo Bloco D, mas sem especificar para onde irão seus moradores e em quais condições. De acordo com o Serviço de Assistência Social, em e-mail enviado aos alunos e moradores do Crusp, a reforma levará cerca de ano e todos serão realocados para outras vagas em blocos já existentes durante o período.

Os moradores que não desejarem realocação podem solicitar o auxílio moradia, no valor de quinhentos reais, para locação de local de moradia. Todos possuíam quinze

dias para deixar o Bloco D, período que foi estendido até trinta de agosto, contemplando trinta dias, após pressão dos moradores. Este auxílio moradia de quinhentos reais já existia, no valor de quatrocentos reais, e sofreu aumento de cem reais recentemente, compondo também uma ferramenta importante de permanência, porém não a principal ou mais eficiente. Atua, antes, como um benefício paliativo, que ajuda alunos que não podem arcar com os custos completos de um valor de aluguel.

O perfil dos alunos que habitam o Conjunto Residencial, porém, é de indivíduos que não podem arcar com custo algum de aluguel, necessitando de políticas de permanência mais ativas, como a presença e manutenção de um espaço de moradia estudantil, para prosseguirem em seus estudos e produção de conhecimento na universidade.

A Universidade argumenta que a reforma

atende, neste momento, uma solicitação de anos dos alunos do Crusp por melhorias estruturais e condições mais dignas de moradia, mas o que se revela é, em verdade, um desprezo pelos alunos e moradores, majoritariamente pobres, em meio à elite acadêmica brasileira.

Não existem vagas suficientes para realocação dos moradores nos blocos existentes e já ocupados no Conjunto Residencial da USP. A demanda é, portanto, infinitamente maior que a oferta. O auxílio proposto de quinhentos reais possui caráter simbólico, manutenção da imagem de um ambiente inclusivo, que busca amparar e satisfazer as necessidades de seus alunos, quando, em verdade, não os inclui propriamente.

O valor de quinhentos reais, especialmente numa região com imóveis bem valorizados como o Butantã e entornos, não contempla aluguel de nenhuma moradia, que excede, no mínimo, em até três vezes o

valor do auxílio. Existem, ainda, os moradores ditos “irregulares”, alunos que possuem algum problema no cadastro no Serviço de Assistência Social e, por diversos motivos, não obtiveram renovação de sua vaga no Conjunto Residencial. Tratados como invisíveis pela suposta assistência social da USP, não possuem nenhuma opção (mesmo fictícia, como o auxílio financeiro de quinhentos reais) para manutenção de sua estadia na moradia estudantil e sofrerão, com a saída dos moradores do Bloco D, um verdadeiro despejo.

Com o intuito de se comunicar com o Serviço de Assistência Social (SAS) e reitoria, articulando uma melhor opção que contemple todos os alunos e moradores, que, aos olhos dos cruspianos, não são divididos em regulares ou irregulares, mas em colegas, vizinhos e amigos, surge o Comitê de Moradores do Crusp pela Reforma Democrática, criado e organizado por moradores do Crusp e comunidade voluntária

externa que se solidarize com a causa.

Por meio de apoio jurídico e estrutural, o Comitê atua exigindo uma reforma democrática e transparente, com o detalhamento do plano de obras do Bloco D, que nunca fora apresentado aos alunos e moradores, comunicação aberta e negociações coletivas com o Serviço de Assistência Social (SAS) e possíveis contrapropostas para a reforma. Apesar de sua atuação com afinco, o Comitê ainda carece de amparo significativo de importantes órgãos estudantis, como o Diretório Central dos Estudantes da USP (DCE-USP), que precisa expressar de forma mais assertiva e significativa seu apoio às reivindicações estudantis no que tange à reforma.

Sem adesão participativa dos movimentos estudantis às demandas dos alunos e moradores, criou-se um cenário de fragmentação no que tange a manutenção da permanência estudantil na USP, com forte sentimento de

falta de representatividade dos alunos por estes órgãos, conferindo, cada vez mais, poder à reitoria para sucateamento e liquidação da moradia universitária, removendo de seu entorno e dificultando cada vez mais o acesso aos alunos pobres e minorias ao ensino superior público de qualidade.

Na madrugada de domingo, o aluno Giovani Schiaroli Ramos (IAG-USP) foi abordado de forma arbitrária e truculenta, após perseguição descabida nos entornos da moradia estudantil, para onde se dirigia de bicicleta, pela Polícia Militar do campus Cidade Universitária da USP. A perseguição executada pela polícia foi de intensidade tamanha que a própria viatura perdeu o controle e bateu contra instalações na calçada da moradia estudantil, enquanto seguia o aluno de bicicleta, o que poderia resultar numa situação trágica, com o atropelamento dele ou de outros alunos caminhando no entorno da moradia.

Foi dada a Giovani voz de prisão, sem que fossem informados os motivos, por policiais sem identificação e portando fuzis em punho em meio à aglomeração de alunos e moradores que, indignados, se uniram no local. Segundo o aluno, estes mesmos policiais, já o abordaram inúmeras vezes sem justificativas plausíveis, alegando, inclusive, que ele não possui “perfil de aluno” e deveria “retornar para a favela”.

Outros alunos e moradores do Crusp já denunciaram e confidenciaram, entre amigos e trocas de vivências, diálogos com policiais da base da Polícia Militar próxima ao Conjunto Residencial semelhantes aos de Giovani, em que eram tratados com desprezo por sua razão social e, indiretamente, racial.

A base da Polícia Militar nos entornos do Crusp ganhou força durante o período de isolamento, uma vez que a Universidade está fechada às aulas presenciais e conta, especialmente, com a

presença cotidiana dos moradores do Conjunto Residencial. Em protestos realizados de forma pacífica pelos moradores contra o Boat Show, evento elitista e realizado de forma despreocupada em meio à pandemia, os alunos foram recebidos pela Polícia Militar instalada no campus com spray de pimenta e concentração de viaturas e policiais de forma desproporcional e superior à de alunos presentes em manifestação.

A reforma do Bloco D e o crescente poder de atuação descabida da Polícia Militar nos entornos do Conjunto Residencial da USP não são mera coincidência. Antes, denunciavam com afincamento a perseguição instaurada contra determinada parcela de alunos da Universidade de São Paulo. São estes os alunos pobres, negros e pardos, que constituem uma maioria social num Brasil ordinário, mas uma minoria nos redutos da elite brasileira.

A presença da Polícia



PILI - DIEGO GONÇALVES
FOTO: ARQUIVO PESSOAL

Militar, com liberdade de atuação tal qual conduzido o caso desastroso envolvendo Giovani neste domingo, possui a função única e exclusiva de intimidar esses alunos e moradores, restringindo suas liberdades e manifestações de anseios e direitos. Em suma, protegem a elite e a mantêm como uma pequena fatia que regula o Estado e suas regalias, esmagando os pobres, minorias neste cenário, mas maiorias no Brasil do cotidiano.

A USP sempre mostrou-se, desde sua fundação, em desconforto com os alunos e moradores do Conjunto Residencial. A construção de seus inúmeros blocos existentes na atualidade, assim como a possibilidade de

permanência por si só, são resultado de anos de lutas e reivindicações estudantis pela manutenção do direito de moradia e acesso dos alunos que compõem uma minoria em desvantagem e socialmente marginalizada, no caráter cultural, racial e/ou socioeconômico. Mais uma vez, é necessária a união dos estudantes e moradores pela reivindicação de seu direito de permanência de forma digna e com exercício de suas liberdades e direitos.

A universidade somente atua como instrumento emancipador, especialmente de pessoas vulneráveis, oprimidas e marginalizadas pelo sistema arbitrário imposto pelo Estado, quando universaliza, de fato, suas vias de acesso. Que se faça, portanto, o exercício da palavra universidade, para que todos possam acesso e possam exercer o direito de ocupar seu espaço.

Nesse sentido, a permanência destaca-se como a principal ferramenta de universalização, uma vez

que permite a construção de um saber mais descolonizado ao transformar a produção de conhecimento inserindo em seu espaço, na atualidade elitizado, indivíduos cujas realidades sejam familiares a grande parte da população brasileira, em oposição à fina fatia da elite que ocupa o ambiente acadêmico.

Somente pela inclusão destes indivíduos, especialmente por meio de políticas de permanência estudantil, é possível transformar o ensino superior brasileiro e ressignificar a pesquisa acadêmica e produção de conhecimento fora dos moldes majoritariamente embranquecedores. ■

O reconhecimento do hip hop como patrimônio cultural de Porto Alegre

JORGE CRISTIANO OLIVEIRA DE OLIVEIRA

JORGE CRISTIANO OLIVEIRA DE OLIVEIRA É PRODUTOR CULTURAL E COORDENADOR ÁREA DE DANÇAS URBANAS DO FÓRUM PERMANENTE DE HIP HOP RS.



O Fórum Permanente de HipHop RS Brasil vem desenvolvendo, desde 2007, em Porto Alegre, região metropolitana, Rio Grande do Sul e Brasil, ações voltadas à cultura, educação e social, projetos direcionados a jovens das periferias, mostrando a importância destes na conquista e construção de uma sociedade mais igualitária, justa, onde cada um seja respeitado não pelo que tem, mas sim pelo que é e faz, utilizando a cultura hip hop.

Visamos potencializar um legado que será benéfico à juventude com a promoção de políticas

públicas e garantia de direitos. Acreditamos que o registro do hip hop como patrimônio cultural

imaterial de Porto Alegre irá trazer visibilidade a jovens das comunidades e à própria cultura, além de outros benefícios, como ações voltadas para o fortalecimento, empoderamento da cultura hip hop e de jovens que a praticam em comunidades da capital. Todas as ações são construídas de forma interativa, com protagonismo de jovens e adultos, lideranças comunitárias e moradores que vêem na cultura hip hop uma forma de reivindicar e buscar direitos.

O Fórum Permanente de HipHop RS Brasil atua em vários espaços, como na temática de cultura do Orçamento Participativo, no Conselho Estadual de Cultura e Colegiado Estadual de Culturas Populares. Dentro destes espaços de construção e decisão, estamos propondo e desenvolvendo políticas públicas que, além de mostrar que o hip hop

é uma ferramenta de tecnologia de mobilização, transformação, resgate Cultural, artístico, comunitário e social, também é um espaço de empoderamento de jovens na busca de transformação de suas vidas de forma positiva, sendo estes os agentes de transformação de realidades com base na cultura, educação e trabalho conjunto.

Em conjunto com B.boys de Porto Alegre, cidades do interior do RS e do Rio de Janeiro, solicitamos o uso de sua lei para tornar o hip hop patrimônio cultural imaterial também em Porto Alegre. Usamos este texto transformando, com as especificidades do hip hop de Porto Alegre e Rio Grande do Sul e também na juventude desta região. No dia 19/04/2021, a vereadora e suplente do Senado Reginete Bispo protocolou na Câmara de Vereadores de Porto Alegre a Pl 0225978, solicitando o reconhecimento do hip hop como patrimônio cultural imaterial da cidade.

Desde seu surgimento, o Fórum Permanente de HipHop RS Brasil tem sido o espaço de debate, organização de ações, busca por políticas públicas e convergência de lideranças, entidades, coletivos, simpatizantes jovens e

adultos de comunidades carentes em todo o país.

Com uma coordenação executiva composta por um representante de cada elemento e coordenação regional composta por um representante de cada comunidade.

Coordenação Executiva Fórum Permanente de HipHop RS Brasil

**Jorge Cristiano Oliveira
de Oliveira**

jk1ver@yahoo.com.br

Moisés da Silva

moikacuprikaigang8@gmail.com

**Adriano Souza dos
Santos**

adryan50cent@yahoo.com.br

Susana Bastos

subastos96@gmail.com

**Claudisséia Vieira dos
Santos**

bgirlceia2016@outlook.com

Coordenadores regionais

Mauricio da Silva Alves

fisiomauricioalves@gmail.com

**Jeferson Sidnei Lopes
da Silva**

jeffconex@hotmail.com

Lidionei da Silva

lidio2pac@hotmail.com

Roger Gonçalves Pires

rogerusmanus@gmail.com

**Fabiana dos Santos
Oliveira**

fabiiianadossantos@yahoo.com

**Andréia Carolina Afonso
Rodrigues**

sonorizacaoredsom@hotmail.com

**Vagner de Oliveira
Correa**

vagneroliveiracnb@gmail.com

Vinicius da Silva Correa

multiplousmanus87@gmail.com

Chamada Pública Reconexão Periferias

Em 2020 realizamos um edital de Chamada Pública para organizações e coletivos que fazem parte da rede Reconexão Periferias, e 28 entidades foram contempladas. As atividades fruto da Chamada Pública Reconexão Periferias, realizada pela Fundação Perseu Abramo em parceria da Friedrich-Ebert-Stiftung, acontecerão até o final de 2021. Veja alguns materiais de divulgação de atividades realizadas e das que estão por vir.



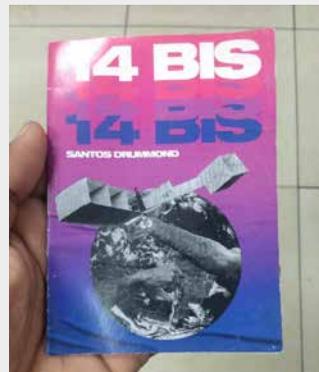
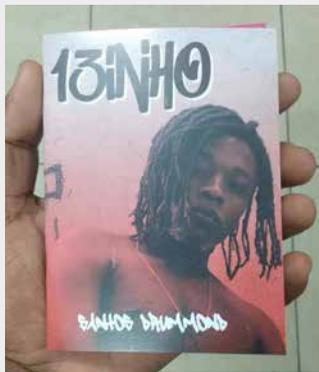
Santos Drummond poeta da literatura marginal

Santos Drummond é um poeta da literatura marginal de São Paulo que está na cena da oralidade desde 2017 e segue semeando e trazendo em seus versos o antirracismo, as pautas coletivas e propostas para um mundo melhor.

É o maior campeão da história da modalidade 13inho, do Slam do 13 (batalha de poesias de até 13 segundos), totalizando 9 vitórias. O maior campeão da história do Slam pavio curto (batalha de poesia de até 15 segundos) totalizando 4 vitórias. Autor de 3 livretos de poesia da editora Artlivroz, etc.



FOTO: NICOLLY PINHEIRO



FOTOS DOS ZINIS: ACERVO PESSOAL

INSTAGRAM E CONTATO PARA LIVRETO:
[@santosdrummond20](https://www.instagram.com/santosdrummond20)

Poetas Vivos - cultura, arte e educação negra e periférica



FOTO: LUIS FERREIRA

Poetas Vivos é uma iniciativa cultural afrocentrada criada em 2018 por jovens artistas negros de Porto Alegre e que atua diretamente em escolas, universidades, espaços comunitários e públicos. O coletivo atua, principalmente, desenvolvendo oficinas, palestras, batalhas de poesia e freestyle, abordando a educação das relações étnico-raciais, o racismo, a desigualdade econômica, social e ambiental, fomentando a implementação das Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08, que obrigam o ensino da História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena em todo o âmbito escolar. Ao longo

dos dois anos de existência, a iniciativa já esteve presente nos mais importantes eventos e campeonatos de poesia falada no Rio Grande do Sul e no Brasil.

Recentemente, foi ao ar o projeto Poetas Vivos - Formando Multiplicadores de Cidadania, que busca tratar de temas comportamentais emergentes na sociedade, dentro de âmbitos escolares. A formação pode ser assistida no canal do YouTube do coletivo Poetas Vivos, até o final de agosto. A proposta é assinada pela Iniciativa Cultural Poetas Vivos e é coordenada por Natália Pagot, Mariana Marmontel e Felipe Deds, integrantes do coletivo.

Youtube:

<https://www.youtube.com/channel/UCPpJbhWndfG55PIKk8wo04Q>

Instagram: <https://www.instagram.com/poetasvivxs/?hl=pt-br>

Facebook: <https://www.facebook.com/poetasvivxs>

AGENDA DE AGOSTO DE 2021

Tendo em vista a necessidade de permanecer em casa devido à pandemia mundial de Covid-19, a agenda deste mês será destinada à divulgação de programações online:



Programa Quinzenal Reconexão Periferias

Terça- feira, às 17h (horário de Brasília)
No canal da Fundação Perseu
Abramo: [www.youtube.com/
FundacaoPerseuAbramo](http://www.youtube.com/FundacaoPerseuAbramo)

Finais para escolha dos representantes para a COPA DAS FAVELAS (datas sujeitas a alterações).

Mais informações em: [https://www.facebook.
com/copadasfavelasslam/](https://www.facebook.com/copadasfavelasslam/)

SLAM PERPLEXO

Data: 20/08 às 19h30
Ao vivo na página do facebook:
<https://www.facebook.com/slamperplexo>

SLAM DO GRAJAÚ

Data: 20/08 às 20h
Ao vivo na página do facebook:
<https://www.facebook.com/slamdograju>

SLAM DA GUILHERMINA

SLAM DA GUILHERMINA
Data: 27/08 às 20h
Ao vivo nas páginas do facebook
e youtube: [https://www.facebook.
com/slamdaguilhermina](https://www.facebook.com/slamdaguilhermina) e [https://
www.youtube.com/channel/
UCm3LjEJzzPOh5yxUGbGXEnA](https://www.youtube.com/channel/UCm3LjEJzzPOh5yxUGbGXEnA)

SLAM FUNÇÃO

Data: 28/08 às 19h
Ao vivo na página do instagram:
<https://www.instagram.com/slamfuncao/>

SLAM RACHA CORAÇÃO

Data: 29/08 às 20h
Ao vivo na página do instagram:
<https://www.instagram.com/rachacoracao>

SLAM RESISTÊNCIA

Data: 06/09 às 20h
Ao vivo nas páginas do facebook e
youtube: [https://www.facebook.com/
slamresistencia](https://www.facebook.com/slamresistencia)
[https://www.youtube.com/channel/
UCGOOZ-mC9Wbm1xmUhTzwGeA](https://www.youtube.com/channel/UCGOOZ-mC9Wbm1xmUhTzwGeA)

SLAM USPERFIFA

Data: 10/09 às 19h30
Ao vivo na página do Instagram: [https://
www.instagram.com/slamusperifa/](https://www.instagram.com/slamusperifa/)

SLAM INTERUNI

Data: 20/09 às 20h
Ao vivo na página do Youtube:
[https://www.youtube.com/channel/
UCfq0QSJ30bjEhVLcdiLS5qg](https://www.youtube.com/channel/UCfq0QSJ30bjEhVLcdiLS5qg)

SLAM DO CORRE

Data: 22/09 às 20h
Ao vivo na página do instagram:
[https://www.instagram.com/
slamdocorre/](https://www.instagram.com/slamdocorre/)

A mulher negra em questão: o pensamento de Lélia Gonzalez

Data: 14/08 às 14h
Ao vivo no Facebook: [COLETIVOCAEF](https://www.facebook.com/COLETIVOCAEF)

Programa Voz da Mulher

produzido pela Associação Mulheres na Comunicação - Rádio Web Mulheres na Comunicação
<https://www.mulheresnacomunicacao.com/>

Todos os sábados às 8h, retransmitido de segunda a sexta-feira: 6h, 13h, 19h e 23h

O programa está disponível no Spotify, Google Podcasts, Apple Podcasts e Anchor, no canal "Mulheres na Comunicação"

Jovens da Cia La Bagaça estreiam a peça Encruzilhada

apresentações seguidas de bate-papo com elenco e ficha técnica da montagem

Data de estreia: 13/08/2021 às 19h
Outras datas de apresentação e bate-papo: 14/08 às 19h; 15/08 às 19h; 16/08 às 16h e às 19h; 17/08 às 16h e às 19h; e 18/08 às 16h e às 19h

Disponível em: plataforma do YouTube da Casa Preta Espaço de Cultura

Aulas Forte - Ciclo de oficinas de formação sobre práticas e técnicas artísticas

- organizado pelo Instituto Forte, artistas, residentes e profissionais

Data: entre 09/08 e 28/08

As aulas serão disponibilizadas no canal do [Youtube da instituição](#)

Live show Viva Raul - Marculino e Seus Belezas (parceria com o Nordeste Eu Sou/Cufa)

Data: 21 de agosto, às 21h

No [Youtube](#) e Instagram: @marculinoeseusbelezas

Sarau das estrelas - Juventudes Periféricas

Data: 14/08 às 14h

Online do [Facebook](#)

O Poder do Crochê - Projeto Crochetando Empoderando

- Data: Todos os domingos das 16h às 18h

Informações e inscrições [aqui](#)

Curso de Formação para profissionais: "Pra começo de conversa: periferias, infâncias e racismos - o que temos a ver com isso?" - Casa de Marias

Data: entre 26/08 e 25/11

Horário: das 19h às 22h

Inscrições [aqui](#)

e-book Mulheres Negras Resistem: território, raça/cor e gênero

Disponível [neste link](#)

Site Museu da Boa Esperança - Centro de Defesa Ferreira Sousa

<https://www.museudaboaesperanca.org/>

Novas edições da Revista Sampa Mundi sobre Mulheres em Movimento na Zona Sul

Disponíveis em: <https://www.sampamundi.com.br/>

Documentário "Relatos de uma pandemia nas periferias amazônicas"

é o resultado de uma trajetória de registros audiovisuais produzidos pelo Coletivo Ponta de Lança - ação contemplada pela Chamada Pública do Projeto Reconexão Periferias, da Fundação Perseu Abramo em parceria da Friedrich-Ebert

Disponível [neste link](#)

Edital	Foco	Prazo	Link
31º PPP-ECOS: TIs na Amazônia Oriental	O Edital visa apoiar iniciativas de fortalecimento da gestão ambiental e territorial de Terras Indígenas (TIs) do Estado do Maranhão (MA) e Norte do Tocantins (TO), bem como a proteção dos seus entornos garantindo o bem-viver indígena e a conservação da biodiversidade.	Até 31 de agosto de 2021	https://ispn.org.br/ispn-lanca-edital-de-apoio-financeiro-para-associacoes-indigenas-indigenistas-e-socioambientalistas-do-maranhao-e-norte-do-tocantins/
O Fundo Global de EbA	Liderado pela União Internacional para Conservação da Natureza (IUCN) e pelo Programa das Nações Unidas para Meio Ambiente (UNEP), o Fundo Global de EbA (Adaptação dos Ecossistemas, na sigla em inglês) é um mecanismo de apoio a abordagens inovadoras. O Fundo tem como objetivo financiar iniciativas catalisadoras para ajudar a superar as barreiras para aumentar a adaptação de ecossistemas.	Até 30 de agosto de 2021	https://capta.org.br/oportunidades/o-fundo-global-de-eba/
Coca Cola Foundation	A Fundação Coca-Cola apoia projetos de organizações sem fins lucrativos, em todo o mundo, que atuem de acordo com as prioridades locais das comunidades, dentro das temáticas de gestão hídrica, bem-estar humano, reciclagem comunitária e educação. As inscrições devem ser feitas no website da fundação, somente em inglês.	Contínuo	https://capta.org.br/oportunidades/coca-cola-foundation/

OPORTUNIDADES

<p>35º Festivale (Festival Nacional de Teatro do Vale do Paraíba)</p>	<p>Em razão da pandemia da covid-19, o festival será todo virtual e acontecerá entre os dias 20 e 31 de outubro, com transmissões de vídeos, apresentações de lives e debates por meio do canal do YouTube da FCCR. Também serão realizadas atividades formativas como, palestras, workshop e oficinas. Dos espetáculos inscritos, serão selecionados 20 apresentações virtuais, sendo priorizados os criados no período da pandemia ou que tiveram que readequar seus processos, ensaios, experimentos e apresentações para o formato virtual.</p>	<p>Até 20 de agosto de 2021</p>	<p>https://prosas.com.br/editais/9484-35o-festivale-2021-edital-no-008-concurso-n-002-fccr-2021?widget=true</p>
-----------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------